

Uma análise para a distinção entre evidencialidade e modalidade epistémica: o caso dos adjetivos *alegado* e *suposto* e respetivas formas adverbiais¹

Inês Cantante

cantante.ines@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Rute Rebouças

rute.reboucas.10@gmail.com

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

ABSTRACT.

The modal and evidential domains are not always easily distinguishable. Even though some languages do have specific modal and evidential markers, European Portuguese does not behave the same way, having, therefore, several ways and mechanisms to mark both evidentiality and modality. The present study, based on examples retrieved from the European Portuguese corpus CETEMpúblico, thus, intends to evaluate if the traditionally considered modal adjectives, *suposto* (*supposed*) and *alegado* (*alleged*), and their corresponding adverbial forms, can convey evidential values and contribute to signal a distinction between the two domains. The examples show that these adjectives and adverbs behave distinctively from each other: *suposto* (and *supostamente*) conveys suppositional evidentiality, while *alegado* (and *alegadamente*) conveys reportative evidentiality. Even though the preferred interpretation is an evidential one, they both allow for an epistemic modal reading. This means, put differently, that, although these adjectives and adverbs have the capacity to represent both domains, modality seems to always come second: the transmission of evidential values is therefore stronger than the expression of epistemic modal values (of uncertainty). However, the epistemic reading of *alegado*, in particular, seems to be related to the fact that the author does not mean to compromise him/herself with the veracity of the proposition, rather than convey a certain degree of uncertainty.

¹ Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Curso de Doutoramento em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e foi apoiado pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal) e pelo CLUP - Centro de Linguística da Universidade do Porto (FCT-UIDB/00022/2020) através das Bolsas de Doutoramento: Ref.ª 2021.04998.BD (Inês Cantante) e UI/BD/150976/2021 (Rute Rebouças).

KEYWORDS.

Suposto, alegado, supostamente, alegadamente, evidentiality, modality.

RESUMO.

A modalidade e a evidencialidade são domínios que nem sempre são fáceis de distinguir. Apesar de haver línguas que marcam formalmente ambas as categorias, tal não acontece em Português Europeu, havendo, por isso, várias formas e mecanismos que permitem marcar, tanto a evidencialidade, como a modalidade. Por isso, a presente investigação, tendo como objeto de estudo um conjunto de exemplos retirados do *corpus* CETEMPúblico, pretende avaliar de que forma os adjetivos *suposto* e *alegado*, bem como os advérbios *supostamente* e *alegadamente*, tradicionalmente considerados modais, contribuem para a distinção entre estes dois domínios e podem, dessa forma, transmitir valores evidenciais. Os exemplos mostram que o comportamento destes adjetivos e correspondentes formas adverbiais é distinto: *suposto* e *supostamente* transmitem valores de evidencialidade de suposição, enquanto *alegado* e *alegadamente* veiculam evidencialidade reportativa. Tal mostra que ambos demonstram um comportamento mais evidencial do que modal; dito por outras palavras, parece possível afirmar que, embora ambos os domínios estejam representados nestes adjetivos e advérbios, a modalidade vem em segundo plano: a transmissão de valores evidenciais é, por isso, mais forte do que a transmissão de valores modais de incerteza (epistémicos). No caso de *alegado*, em particular, a modalidade epistémica parece estar relacionada mais com a desresponsabilização do autor do que, propriamente, com a veiculação de um grau de incerteza.

PALAVRAS-CHAVE.

Suposto, alegado, supostamente, alegadamente, evidencialidade, modalidade.

Para a Professora Doutora Fátima Oliveira, nossa orientadora de mestrado e, agora, de doutoramento, com muito carinho e apreço.

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.” (Antoine Saint-Exupéry)

1. Introdução

Numa língua como o Português Europeu, a modalidade e a evidencialidade podem ser marcadas de diferentes formas, entre as quais se destacam os adjetivos e os advérbios. Assim, o presente trabalho, tendo como objeto de estudo os adjetivos *alegado* e *suposto*, e as suas formas

adverbiais correspondentes, propõe investigar quais os valores veiculados por estes adjetivos e advérbios. Tendo em conta que são, tradicionalmente, considerados, na literatura, como modais, pretende saber-se se também transmitem valores evidenciais, uma vez que nem sempre estes domínios são fáceis de distinguir, como reconhecem Palmer (2001) e Saussure (2012), e.o.

Deste modo, este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: nas duas primeiras secções, tecem-se algumas considerações sobre a modalidade (cf. 2.) e a evidencialidade (cf. 3.), fazendo-se, de seguida (cf. 4.), uma análise das leituras obtidas a partir de alguns exemplos recolhidos do *corpus* CETEMPúblico. Por fim, em 5., apresentam-se algumas reflexões sobre as conclusões possíveis, bem como pistas para investigação futura.

2. Algumas considerações sobre modalidade

A modalidade tem sido abordada por diferentes autores (cf. Lyons 1977, Palmer 2001, Oliveira 2003a, Oliveira & Mendes 2013, Ferreira 2011, Cantante 2018, 2020, 2021, e.o.), tratando-se, por isso, de um tema vastamente investigado, conforme reconhece Mória (2016), ao afirmar que “o conceito de modalidade tem uma amplitude muito variável consoante os autores, podendo abranger um conjunto vasto e relativamente heterogéneo de valores que incidem sobre uma proposição” (2016: 16). Com efeito, os estudos sobre esta categoria gramatical não são coincidentes em todos os aspetos e, particularmente no que diz respeito à sua classificação, são várias as propostas presentes na literatura².

Para o Português Europeu (doravante PE), Oliveira & Mendes (2013) assumem que as áreas semânticas “que têm sido objeto de um estudo mais sistemático na teoria linguística contemporânea são aquelas que estão associadas aos valores de (i) crença, (ii) capacidades e necessidades internas dos indivíduos, (iii) obrigação e permissão e (iv) volição” (2013: 623).³

2 Palmer (2001) reconhece tal facto, chegando, até, a afirmar que “there is probably more variation with modality than with other categories” (2001: 2).

3 Kratzer (1991) trabalha a modalidade a partir de uma perspetiva diferente, a semântica de mundos possíveis. Assim, a autora propõe a existência de três parâmetros que contribuem para a expressão da modalidade: base modal, fonte de ordenação e força modal. Para a base modal, o parâmetro responsável pela identificação do tipo de

De um modo geral, pode dizer-se que qualquer reflexão sobre modalidade deve ter em consideração o falante e a sua atitude, bem como a sua relação com o conteúdo proposicional que profere.

Campos & Costa (2004) reconhecem que o falante é fundamental no momento de definir a modalidade, enquanto “categoria gramatical que representa as diferentes atitudes do locutor em relação a um conteúdo proposicional e ao seu interlocutor” (Campos & Costa 2004: 265). Também Oliveira (2003a) e Mendes (2016) parecem concordar com a importância atribuída ao falante. Oliveira (2003a) nota que, “do ponto de vista linguístico, podemos considerar que a modalidade é a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes” (Oliveira 2003a: 245), especificando, mais tarde, que, em PE, tal pode ser feito através de diversos meios linguísticos (como uso de verbos, advérbios ou adjetivos modais, entre outros) (cf. Oliveira & Mendes 2013). Sobre isto, também Palmer (1979), apoiando-se em Lyons (1977), considera que, de facto, a modalidade deverá estar relacionada com a manifestação das atitudes e opiniões dos falantes (cf. Palmer 1979: 2), reconhecendo, no entanto, a dificuldade que a sua classificação constitui, já que “it is by no means easy to delimit the semantic range of the more widely defined category of modality” (Palmer 1979: 2).

Ainda assim, algumas características associadas à categoria da modalidade parecem reunir o consenso da comunidade científica. A primeira prende-se com a distinção entre “duas dimensões modais fundamentais, a possibilidade e a necessidade” (Mendes 2016: 129), dois domínios, que funcionam como ‘elemento organizador’ (Oliveira & Mendes 2013: 623) do conceito de modalidade. A segunda relaciona-se com a distinção – embora, por vezes, com subcategorizações diferentes – entre dois tipos de modalidade: a epistémica e a deontica.⁴ Palmer (2001) observa que a primeira, i.e., a modalidade epistémica, é utilizada para fazer avaliações ou julgamentos acerca das proposições, nomeadamente no que diz respeito

modalidade, Kratzer (1991) propõe duas possibilidades: epistémica e circunstancial. A fonte de ordenação assegura que os mundos possíveis se organizam de acordo com a distância a que se encontram do mundo designado como ‘ideal’ (que corresponde ao estado de coisas mais desejável numa dada situação). A autora reserva para o parâmetro da força modal a distinção entre os domínios da possibilidade e da necessidade, que se podem organizar entre diferentes graus.

⁴ Note-se que Mendes (2016), sabendo que todas “as tipologias propostas são variadas”, aceita, também, “que todas apresentam um valor modal estável, o valor epistémico, central nos estudos sobre modalidade” (Mendes 2016: 129).

aos seus valores de verdade, enquanto a segunda está relacionada com ações, estados ou eventos em que são transmitidos valores de permissão ou obrigação (Palmer 1979: 10).⁵

Apesar de Mendes (2016) considerar, para o PE, uma modalidade assente em quatro categorias, tendo como base a tipologia de van der Auwera & Plungian (1998) – epistémica, deôntica, interna ao participante e externa ao participante –, em Oliveira & Mendes (2013) são propostas cinco categorias: às quatro já mencionadas, soma-se, ainda, a modalidade desiderativa, que diz respeito, essencialmente, aos valores de volição, ou seja, vontades e desejos do falante. Para efeitos da presente investigação, assumimos esta divisão, assente em cinco categorias, por se tratar de uma visão mais abrangente da modalidade.

Palmer (1974, 1979, 2001), tendo trabalhado bastante o tema da modalidade, começa por assumir uma modalidade tripartida, que se subdivide em epistémica, *'discourse-oriented'* e *'subject-oriented'* (Palmer 1974). Todavia, em trabalhos posteriores (cf. Palmer 1979), o mesmo autor classifica a modalidade de forma diferente, mantendo, no entanto, a divisão em três subcategorias: epistémica, deôntica e dinâmica. Ao salientar, também, a importância dos domínios da possibilidade e da necessidade, afirma que estes *"are central to modality in English"* (cf. Palmer 1979: 9), assumindo uma distinção entre tipos (*'kinds'*) de modalidade, que corresponderiam aos mencionados anteriormente (i.e., epistémica, deôntica e dinâmica), e graus (*'degrees'*) de modalidade, que corresponderiam aos domínios da necessidade e possibilidade (Palmer 1979: 19).

Ainda assim, o mesmo autor volta, mais tarde, a reformular a sua categorização⁶, assinalando a necessidade de fazer uma distinção entre a modalidade proposicional e a modalidade eventiva. (Palmer 2001: 8)⁷. Dentro da modalidade proposicional, o autor inclui as modalidades epistémica e evidencial, incluindo, por sua vez, a modalidade deôntica

5 Von Wright (1951) refere quatro 'modos' para a modalidade, que Palmer (1979) cita e nos quais reconhece algumas características importantes, como a divisão entre o modo epistémico – *"mode or modes of knowing"* – e deôntico – *"mode or modes of obligation"*, bem como os modos existencial – *"mode or modes of existence"* – e alético – *"mode or modes of truth"* (cf. Palmer 1979: 6).

6 Note-se que tal comprova, mais uma vez, que não se trata de uma categoria linear, sendo, pelo contrário, uma temática complexa e em constante investigação.

7 O autor reconhece, ainda, que ambos os tipos de modalidade são vistos como subjetivos, uma vez que, ao expressarem opiniões do falante, *"they are both concerned, as a result, with utterances of a non-factual kind"* (Palmer 1979: 10).

e dinâmica dentro da modalidade eventiva. Palmer (2001) justifica esta diferente categorização com o reconhecimento de que a modalidade proposicional diz respeito à relação entre o falante e o valor de verdade de uma proposição, enquanto, por outro lado, “deontic and dynamic modality refer to events that are not actualized, events that have not taken place but are merely potential (event modality)” (Palmer 2001: 8).⁸

Sobre a modalidade proposicional, o autor afirma que esta é usada, pelos falantes, para fazer julgamentos acerca da proposição (Palmer 2001: 8), associando, por isso, este tipo de modalidade ao grau de certeza (ou incerteza) dos falantes. Apesar de nem sempre ser fácil distinguir as subcategorias da modalidade proposicional (i.e., epistémica e evidencial), parece, ainda assim, possível afirmar que a modalidade evidencial não está meramente relacionada com o grau de certeza manifestado pelos falantes relativamente ao conteúdo proposicional – o que acontece com a modalidade epistémica –, antes indicando a fonte ou o tipo de prova de que o falante dispõe para sustentar as suas afirmações (cf. Oliveira & Mendes 2013).

Esta dificuldade em distinguir os dois tipos de modalidade tem sido notada por autores como van der Auwera & Plungian (1998), von Stechow & Gillies (2007), Vettters (2012) e de Haan (1997, 1999, 2001), e.o., que mostram que, na modalidade epistémica, os valores modais e evidenciais podem sobrepor-se, afirmando, ainda, Palmer (1979: 9) que “evidentials may occur within what is primarily an epistemic (judgement) system”.

3. Algumas considerações sobre evidencialidade

Apesar da possibilidade de sobreposição entre valores modais e evidenciais, conforme mencionado acima, Saussure (2012: 131) apresenta a modalidade epistémica e a evidencialidade como categorias disjuntas e irreduzíveis, dado serem de natureza distinta, sendo a segunda considerada por Boas (1938) como indispensável (cf. Aikhenvald 2004).

⁸ Sobre esta última subcategoria (i.e., modalidade eventiva), Palmer (2001) considera que a modalidade deontica se distingue da dinâmica pelo facto de ser determinada por fatores externos ao falante, ao contrário da dinâmica, condicionada por fatores internos.

Na verdade, Aikhenvald (2020: 19) reconhece a existência de várias possibilidades para fazer referência à fonte de informação, havendo, em cada língua, mecanismos para especificar essa fonte: se o falante viu, ouviu ou sentiu a situação; se fez uma inferência com base no que viu/ouviu ou supôs ou se foi informado sobre a situação. Deste modo, esta categoria gramatical, designada por evidencialidade, pode ser expressa “autonomously, or be fused with another grammatical category, including aspect, tense, or mood for verbs, or spatial distance and topicality for noun phrases” (cf. Aikhenvald 2015: 239).

Diversos são os estudos realizados acerca da especificação da evidencialidade em diferentes línguas, devido à complexidade dos sistemas evidenciais, tais como de Willet (1988), de Haan (1997, 1999), Dendale (1994), Squartini (2001), Aikhenvald (2004, 2015, 2020), Veters (2012), e.o., e, por isso, neste trabalho, optamos por destacar as tipologias evidenciais propostas por Willet (1988) e Aikhenvald (2004, 2020).

Willet (1988), tendo em consideração a natureza primária ou secundária da fonte de informação, parte de uma distinção entre evidencialidade direta e evidencialidade indireta, respetivamente. A primeira surge quando o falante informa que viu, ouviu ou teve algum contacto sensorial com a situação; pelo contrário, a evidencialidade indireta ocorre quando o falante afirma saber da situação através de meios verbais – evidencialidade relatada – ou de meios inferenciais – evidencialidade inferencial.

Relativamente à evidencialidade indireta relatada, Willet (1988) propõe, ainda, uma subdivisão: evidencialidade indireta relatada de segunda mão (quando o falante reproduz o que ouviu de um outro falante que é a testemunha direta da situação); evidencialidade indireta relatada de terceira mão, associada ao ‘boato’ (visto que o falante apenas reproduz o que ouviu de um outro falante que, na verdade, não é a testemunha direta); e, ainda, ‘mito’ (sempre que a situação que o falante descreve faz parte de uma história oral) (cf. Vendrame-Ferrari 2010). Quanto à evidencialidade indireta inferencial, o autor também acrescenta uma outra divisão: inferência de resultado e inferência de raciocínio. No primeiro caso, as evidências são visíveis; pelo contrário, a evidencialidade indireta inferencial de raciocínio caracteriza-se pelo facto de as evidências não serem visíveis, sendo uma situação descrita com base na intuição (cf. Vendrame-Ferrari 2010).

Por outro lado, Aikhenvald (2004, 2020: 21), ao estudar mais de 500 línguas ameríndias, não apresenta a distinção entre evidencialidade direta e indireta proposta por Willet (1988) e outros autores, antes mostrando que a fonte de informação pode ser obtida de seis formas: visual (“visual”) (visão); sensorial (“sensory”) (audição, olfato, tato e paladar); inferencial (“inference”) – na qual a evidência e a conclusão são visíveis; suposição (“assumption”) – que, ao contrário da inferência, não apresenta evidências nem conclusão visíveis⁹; relato (“reported”) – não havendo referência à fonte (“hearsay”); e citação (“quotative”) – onde existe referência à fonte (cf. Rebouças 2020).

Em PE¹⁰, a evidencialidade pode ser marcada através do léxico (cf. Martins 2010: 237), i.e., os significados evidenciais podem surgir ancorados a construções léxico-sintáticas (cf. Lazard 2001) – *diz-se que*¹¹, *parece que*¹² – e a morfemas verbais, que, “para além dos valores de tempo, modo, aspecto, podem cumulativamente veicular informação evidencial”, segundo Martins (2010: 237) – imperfeito, condicional e futuro¹³. Além disso, a evidencialidade pode ser marcada através do uso do verbo modal *dever* com valor epistémico¹⁴, de verbos de percepção sensorial (*ver*, *ouvir* e *sentir*)¹⁵ e de advérbios de frase¹⁶, como “*eventualmente, possivelmente, certamente, presumivelmente, supostamente, alegadamente*” (Marques 2012: 398).

9 Associada a raciocínio lógico, à suposição ou, segundo Aikhenvald (2020: 22), simplesmente ao conhecimento geral.

10 de Haan (1997), no seu estudo sobre a evidencialidade e a modalidade epistémica, considera línguas como o Português, o Francês, o Italiano e o Inglês, como línguas de Tipo I, uma vez que não marcam a evidencialidade formalmente; opondo-as a línguas do Tipo II, que marcam, efetivamente, através de afixos e morfemas, formalmente a evidencialidade, como as línguas Hixkaryana, Coos ou Tariana.

11 Ver Demonte & Fernández-Soriano (2013) para um estudo sobre ‘*diz que*’, em Espanhol.

12 Para um estudo sobre *parece que*, ver Campos (2003).

13 Para estudos acerca do futuro em Português Europeu, ver Oliveira (1986, 2003a, 2003b, 2013), Cunha (2019, 2021), Marques (2020), e.o.; para outras línguas: Francês (Mari 2016, Saussure 2012), Italiano (Mari 2010, Giannakidou & Mari 2016), Espanhol (Laca 2014), Grego (Giannakidou & Mari 2013); e.o. Conferir Oliveira (2001) para um estudo sobre o condicional e o futuro, como marcadores mediativos (ou de evidencialidade (cf. 2015, 2021)). Ver também Rebouças (2019, 2021).

14 Sobre este assunto, conferir os trabalhos de: Giannakidou & Mari (2016), Mari (2010, 2016), Saussure (2012) e Rebouças (2020).

15 Ver Vendrame-Ferrari (2010, 2012a e 2012b), Aikhenvald (2004, 2015, 2020) e Whitt (2009).

16 Sobre advérbios de frase (epistémicos e evidenciais), ver Marques (2012, 2019).

4. Os adjetivos *alegado* e *suposto* e correspondentes formas adverbiais

Os adjetivos *alegado* e *suposto*, de acordo com Veloso & Raposo (2013), são adjetivos intensionais, uma vez que “atuam sobre o sentido do nome modificado, exprimindo um juízo do falante sobre o modo como o nome se aplica à entidade denotada” (2013: 1393), pertencendo, deste modo, a uma das quatro classes que os autores indicam – denotativos (onde se incluem os qualificativos e os relacionais), avaliativos, modais e intensionais.

Alegado e *suposto*, tal como *aparente*, *presumível* e *pretensio*, “veiculam a ideia de que não existe uma certeza da parte do falante de que a entidade nomeada possua de facto as propriedades que fazem parte do sentido do nome” (cf. Veloso & Raposo 2013: 1401). Isto é, este tipo de adjetivos questiona a aplicabilidade do nome à entidade por ele denotada, o que leva a que Veloso & Raposo (2013), bem como Oliveira & Mendes (2013), classifiquem estes adjetivos como modais epistémicos, uma vez que expressam “dúvida ou incerteza” (cf. Oliveira & Mendes 2013: 665). Ademais, os autores acima mencionados relacionam os adjetivos *alegado* e *suposto* com as formas participais dos respetivos verbos: *supor* e *alegar*.

Suposto, por exemplo, em (1), designa um evento e, por isso, a suposição recai sobre o facto de este ter ou não acontecido. Já em (2), o nome designa um objeto e, por esse motivo, a utilização do adjetivo põe em causa a sua existência, i.e., numa frase como (2), o adjetivo atua no sentido de exprimir incerteza acerca da existência do *recibo* referido pelo nome. Assim, (2) poderia ser parafraseado por ‘alguém supõe que existe um recibo que está desaparecido’.

(1) Além disso, refere, o **suposto** crime não terá sequer começado a ser executado. (*par=ext102812-soc-95b-2*)

(2) Desta maneira, fiquei «prisioneiro» da Portugal Telecom, dado não encontrar o **suposto** recibo «vadio», passados dois anos. (*par=ext617244-nd-95b-1*)

Relativamente ao adjetivo *alegado*, este induz maioritariamente leituras evidenciais do tipo reportativo (ou de relato), como em (3), em que esta evidencialidade é reforçada pelo uso do verbo *denunciar*. Já em (4),

apesar de se manter a leitura evidencial, surge, ainda, uma interpretação de modalidade epistémica, que revela um grau de incerteza, por parte do falante, quanto à ocorrência do evento descrito, i.e., uma *fraude eleitoral*.

- (3) Diferente é o entendimento do socialista Emídio Xavier, que denuncia a **alegada** coligação de comunistas e social-democratas. (*par = ext1444506-soc-94a-1*)
- (4) Curiosamente, a **alegada** fraude eleitoral foi cometida no primeiro dia de vigência do novo Código Penal. (*par = ext46344-pol-95b-1*)

Além disso, *alegado* e *suposto* têm formas adverbiais correspondentes, com o sufixo *-mente* (cf. Veloso & Raposo 2013), sendo considerados advérbios de frase. Marques (2012, 2019) divide estes advérbios em quatro subclasses tendo como critério o grau de crença que expressam. Assim, *supostamente* veicula um valor de crença forte (cf. (5)), ao contrário de *alegadamente*, que não expressa qualquer grau de crença (cf. (6)), revelando, apenas, a existência de uma fonte (não explícita).

- (5) Ele é o único piloto **supostamente** ainda vivo dos três que desapareceram no país vizinho desde 1982. (*par = ext12785-pol-95a-2*)
- (6) O burburinho e a agitação eram tais que um tio da criança foi agredido, **alegadamente** por um familiar da ex-ama do Edgar, no decorrer da missa que precedeu o enterro. (*par = ext249176-soc-98b-1*)

Com efeito, em (5), o advérbio *supostamente* denota uma leitura evidencial de suposição acerca de a entidade designada por *ele* estar viva. Além disso, existe também a possibilidade de uma leitura modal, que está intimamente relacionada com o facto de haver uma suposição, que revela, por si só, a existência de um determinado grau de crença. Apesar de Marques (2012) considerar *supostamente* como um operador modal epistémico forte¹⁷, parece-nos que o valor de certeza transmitido em (5) é baixo.

¹⁷ Marques (2012) avalia o grau de crença dos advérbios epistémicos tendo em consideração a escala fraco-médio-forte.

Todavia, tal poderá dever-se ao facto de se tratar de discurso jornalístico, onde é necessário que o jornalista se mantenha neutro/imparcial.¹⁸

Já em (6), o advérbio *alegadamente* parece não estar a transmitir incerteza (i.e., valores epistémicos), estando, antes, relacionado com a desresponsabilização do falante relativamente à oração que profere, enfatizando-se a ideia de que há uma outra fonte responsável pelas alegações. Isto mostra que “a função do advérbio *alegadamente* não é expressar ausência de crença da parte do enunciador, mas antes indicar que este está meramente a reportar a crença de outrem, independentemente de a partilhar ou não (uma informação que *alegadamente* não veicula)”, como afirma Marques (2012: 403, 2019).

4.1. A função do contexto no bloqueio da leitura modal

Tendo em conta o observado na secção anterior, parece possível afirmar que o contexto é fundamental para definir, ou, pelo menos, ajudar a clarificar, as interpretações obtidas.

Em alguns casos, a informação contextual bloqueia a possibilidade de ocorrência de modalidade epistémica. Notem-se (7)-(9), abaixo. A utilização do verbo *negar*, nos dois primeiros casos (cf. (7), (8)), põe em evidência a referência a uma fonte, neste caso, explícita. Já em (9), a evidencialidade é reforçada pelo uso de *cochichos* que, apesar de não explicitar uma fonte, indicia que esta existe.

Em todos os casos, o reforço da leitura evidencial, nos exemplos, parece contribuir para anular a possibilidade de obter uma leitura epistémica, já que o adjetivo *alegado* nada parece dizer acerca da opinião do falante relativamente à veracidade do conteúdo proposicional. A única exceção é o caso de (7), em que a ocorrência de *não se confirmou* revela que deverão existir dados factuais que permitam ao autor do excerto fazer tal afirmação.

- (7) A irmã do arguido negou sempre manter uma relação amorosa com o soldado Mário Marques e a **alegada** gravidez não se

¹⁸ Note-se que, segundo Martins (2010: 237), “nas línguas europeias, a evidencialidade marcada é a evidencialidade indirecta, que, no discurso – e no discurso de imprensa em particular –, entra em oposição com as sequências neutras, não marcadas. Isto não quer dizer que a evidencialidade não marcada corresponda à evidencialidade directa. Quer dizer, sim, que o locutor se abstém de garantir a fiabilidade do conteúdo da asserção.”

confirmou. (par = ext135171-soc-98a-2)

- (8) Entre a **alegada** falta de segurança, negada pela ANA – Aeroportos e Navegação Aérea, e as razões comerciais, negadas pela TAP, há o facto de a TAP ter prejudicado 30 passageiros no aeroporto que serve a ilha do Faial com ligação à ilha Terceira e a Lisboa. (par = ext957501-soc-91b-1)
- (9) Os cochichos sobre a **alegada** falta de beleza e imponência da estátua acabaram por tomar forma de declarações na reunião do executivo camarário. (par = ext961815-pol-97b-2)

4.2. Coexistência de modalidade e evidencialidade: reforço da leitura modal, sobreposição e variação

Existem, também, casos em que o contexto contribui para reforçar a leitura modal epistémica, através da projecção dos eventos para um tempo futuro (cf. (10)-(15)). Em (10), a interpretação do advérbio *supostamente* está relacionada com a evidencialidade de suposição¹⁹, i.e., o exemplo refere uma leitura hipotética que também possibilita uma leitura modal epistémica, reforçada, ainda, pelo uso do futuro simples do indicativo – um tempo compatível com a noção de conjectura, que revela incerteza.

- (10) João Vieira Pinto vai funcionar como segundo atacante, entrando nas costa de Domingos, o jogador que, **supostamente**, estará mais avançado no terreno. (par = ext390445-des-95b-1)

Ademais, a importância do contexto fica, também, patente no exemplo abaixo (cf. (11)²⁰), em que a utilização da construção *ir* + infinitivo²¹ – *vai levar* – possibilita a obtenção de uma interpretação epistémica, uma vez que envolve a projecção futura de um evento que ainda não ocorreu. Há,

19 De notar que poderia existir um contexto em que fosse possível obter uma leitura evidencial reportativa se o locutor tivesse tido acesso a informação factual sobre a *constituição da equipa* (conferência de imprensa ou comunicado de algum membro da equipa técnica, por exemplo).

20 Observe-se que, neste caso concreto, a construção de futuro não está diretamente relacionada com a alegação da *inconstitucionalidade da medida*, referida no exemplo, mas é por esta motivada, uma vez que é esta alegação que motiva a previsão de que *José Manuel Durão* vá, futuramente, *aconselhar a administração da SIC a recusar a exibição da propaganda eleitoral*.

21 Sobre a construção *ir* + infinitivo, ver Cunha (2019, 2021) e Oliveira (2003b, 2013).

por isso, dois mecanismos envolvidos: um primeiro, de evidencialidade reportativa, que refere a alegação de uma *medida inconstitucional*, e um segundo, de modalidade epistémica, que refere a incerteza em relação à ocorrência futura desse evento.

- (11) A razão que vai levar José Manuel Durão a aconselhar a administração da SIC a recusar a exibição da propaganda eleitoral prende-se com a **alegada** inconstitucionalidade da medida. (*par = ext1951-nd-95b-2*)

No caso de (12) e (13), a modalidade epistémica parece destacar-se em relação à evidencialidade de suposição, que passa para segundo plano. Apesar de *supostamente* se tratar de um advérbio tipicamente evidencial, a utilização do futuro composto do indicativo concede à frase um caráter hipotético, que é, neste caso, reforçado pela continuação da frase (*mas a câmara foi visitada inúmeras vezes por ladrões ao longo dos tempos e a múmia nunca foi encontrada*), i.e., ao afirmar-se que a *múmia* nunca foi encontrada, destaca-se a hipótese de que ela nunca tenha sido recebida, precisamente o evento sobre o qual *supostamente* está a atuar.

- (12) É esta câmara que **terá supostamente** recebido a múmia do faraó Kéops após a sua morte, mas a câmara foi visitada inúmeras vezes por ladrões ao longo dos tempos e a múmia nunca foi encontrada. (*par = ext967525-clt-soc-93a-1*)
- (13) Além disso, refere, o **suposto** crime não terá sequer começado a ser executado. (*par = ext102812-soc-95b-2*)

Também nos casos abaixo (cf. (14) e (15)), o futuro composto é responsável por fazer emergir uma leitura de modalidade epistémica. Apesar de Marques (2012) considerar que o advérbio *alegadamente* nada diz acerca do valor ou grau de certeza do falante, a modalidade epistémica pode, neste caso, estar relacionada com o discurso jornalístico, no sentido de veicular, sobretudo, que não há uma acusação direta, por parte do jornalista, relativamente ao autor do assassinato (cf. (14) e (15)). Assim, pode considerar-se que o falante não pretende comprometer-se com a acusação que profere.

- (14) A Bélgica emitiu mandados internacionais de captura de dois tunisinos que **alegadamente** terão assassinado o ministro socialista André Cools em 18 de Julho de 1991, informaram ontem estações de rádio e televisão de Bruxelas. (*par* = ext322214-nd-96b-1)
- (15) Segundo fonte judicial citada pela Lusa, o jovem, «filho de pai português e mãe francesa, é um `skinhead' assumido e confesso que terá **alegadamente** morto por afogamento um francês de origem tunisina», na zona do porto de Havre, em Abril último. (*par* = ext308869-soc-95a-1)

Nos casos particulares de (15) e (16), pelo facto de haver uma identificação da fonte, tanto pelo uso de aspas como por verbos declarativos (como *dizer*) (cf. (16)) ou locuções preposicionais (como *segundo x*) (cf. (15)), o tipo de evidencialidade passa a citativa. No entanto, a existência deste tipo de evidencialidade não anula as leituras anteriormente referidas (i.e., modal, evidencial de suposição e evidencial reportativa).

- (16) Nunca de meio milhão como **supostamente disse** o director do INE a Jorge Coelho. (*par* = ext14598-opi-98a-2)

Note-se, ainda, que a intersubstituição de *suposto* e *alegado*, nos mesmos contextos, não origina leituras iguais. Num exemplo como (17), a substituição de *suposta* por *alegada* modifica a interpretação: com *suposta*, a leitura é evidencial de suposição e, por essa razão, o que está em causa é a existência da *bomba*; por outro lado, o uso de *alegada*, na mesma frase, nada diz acerca da existência da *bomba*, antes evidenciando uma fonte externa responsável pela alegação (cf. (17a)).

- (17) Na mão tinha um saco de plástico onde estava a **suposta** bomba, que servia de ameaça. (*par* = ext208011-soc-97b-1)

(17a) Na mão tinha um saco de plástico onde estava a **alegada** bomba.

Abaixo, em (18), a substituição de *alegada* por *suposta* parece pôr ainda mais em evidência a diferença entre ambas as leituras. Com efeito, o uso de *alegada*, neste caso, privilegia a leitura evidencial reportativa, o que apenas

permite referir que existe uma fonte que afirma, ou alega, que o azeite português tem uma qualidade superior (em contraste com os restantes, mencionados: espanhol, italiano, grego e magrebino). A única possibilidade de haver, neste caso, uma leitura epistémica, embora sempre em segundo plano, é considerar que o autor não pretende comprometer-se com a veracidade da afirmação, ou seja, nada diz acerca da qualidade do azeite.

- (18) Ao invés, é fraca a penetração comercial nos países da União Europeia, onde a concorrência espanhola, italiana, grega e magrebina levam a melhor, pelo [sic] via do preço, sobre a **alegada** superior qualidade do azeite português. (par = ext72099-eco-95a-1)
- (18a) Ao invés, é fraca a penetração comercial nos países da União Europeia, onde a concorrência espanhola, italiana, grega e magrebina levam a melhor, pela via do preço, sobre a **suposta** superior qualidade do azeite português.

Neste contexto, a substituição por *suposta* (cf. (18a)) induz uma interpretação que parece pôr em causa a *superior qualidade do azeite*. Assim, esta alteração desencadeia uma leitura evidencial de suposição, que, ao invés de relacionar a *qualidade do azeite* com uma fonte (não explícita) – que a considera *superior* –, apenas apresenta uma suposição de que essa *qualidade superior* poderá existir. Se, no decorrer da notícia, o autor mencionasse as razões ou factos que o levaram a fazer essa mesma suposição (i.e., *que o azeite português é superior*, em qualidade, aos outros), a evidencialidade passaria a ser de tipo inferencial.

Note-se, contudo, que, em (19), a intersubstituição dos adjetivos permite a manutenção das leituras associadas, tanto a *alegado* como a *suposto*: *alegada* mantém o foco na fonte, responsável pela alegação, mantendo-se, em segundo plano, a modalidade epistémica associada à noção de desresponsabilização do autor; já com *suposta*, a leitura evidencial mostra a existência de uma suposição acerca da existência ou não de uma dívida. O comportamento é, neste caso, semelhante ao do *recibo* (cf. (2)).

- (19) Pagaram a **alegada** dívida, mas de imediato moveram acções ao Montepio Geral, que acusam de má-fé, exigindo indemnizações por perdas e danos. (*par = ext683924-soc-92b-1*)
- (19a) Pagaram a **suposta** dívida, mas de imediato moveram acções ao Montepio Geral, que acusam de má-fé, exigindo indemnizações por perdas e danos.

O comportamento evidenciado acima demonstra que o funcionamento de *suposto* e de *alegado* é diferente, apesar de ambos serem tradicionalmente considerados adjetivos modais. Assim, de um modo geral, é possível afirmar que o primeiro induz, maioritariamente, uma leitura evidencial de suposição, enquanto o segundo promove uma leitura evidencial reportativa, que refere uma fonte. Em ambos os casos, a leitura modal epistémica aparece em segundo plano, porque, “para o falante, o uso destes adjetivos justifica-se precisamente porque a caracterização das entidades representadas através do nome ou grupo nominal (...) não assenta em bases seguras, fidedignas, mas unicamente naquilo que alguém supõe, alega, finge ser ou presume (...)” (Velooso & Raposo 2013: 1401). Assim, com *suposto*, a noção de incerteza emerge, devido à leitura hipotética gerada pela suposição; com *alegado*, a modalidade revela um descomprometimento do autor com a veracidade da proposição que produz.

Vejam-se, ainda, os exemplos seguintes. No caso de (20), o uso de *alegadamente* indicia que há uma fonte que afirma que *José Catarino Mello foi contratado para executar o assassinato*. Substituindo-se o advérbio (cf. (20a)), a utilização de *supostamente* põe em destaque a suposição acerca desta contratação, i.e., não é afirmado, mas é suposto que *José Catarino Mello* tenha sido a pessoa selecionada e contratada para executar o assassinato.

- (20) Ramos-Horta afirmou conhecer José Catarino Mello, a pessoa **alegadamente** contratada para executar o assassinato, e considera que este «tem o perfil para fazer isso». (*par = ext307550-pol-96b-2*)
- (20a) Ramos-Horta afirmou conhecer José Catarino Mello, a pessoa **supostamente** contratada para executar o assassinato, e

considera que este «tem o perfil para fazer isso».

- (21) Jacinto Pereira, de 33 anos, solteiro, vivia em casa dos pais e foi **supostamente** encontrado à porta da sua residência pelo irmão.
(par = ext554895-soc-98a-2)
- (21a) Jacinto Pereira, de 33 anos, solteiro, vivia em casa dos pais e foi **alegadamente** encontrado à porta da sua residência pelo irmão.

Em (21), *supostamente* refere uma suposição, feita acerca do evento que relaciona a entidade *Jacinto Pereira* e o facto de ter sido encontrado à porta de casa pelo irmão. Assim, a primeira leitura é evidencial de suposição, podendo, em segundo plano, haver possibilidade de uma leitura epistémica. Nesse caso, a incerteza pode recair sobre um de dois fatores: o facto de ter sido encontrado pelo irmão ou o facto de ter sido encontrado à porta da residência. É possível, ainda, outra interpretação, embora um pouco mais difícil, em que se subentende que a entidade *Jacinto Pereira* não estava, efetivamente, perdida e, por isso, a dúvida recai sobre o facto de ter sido encontrada.

A substituição por *alegadamente* (cf. (21a)) modifica a interpretação anterior, já que passa a haver uma leitura de evidencialidade reportativa, fazendo-se referência a uma fonte não identificada. Deixa, assim, de haver qualquer suposição sobre o evento, passando a paráfrase correspondente a ser: *alguém alegou/foi alegado que Jacinto Pereira foi encontrado à porta da sua residência pelo irmão*.

O padrão comportamental mantém-se, assim, o mesmo: o uso de *alegado* e *alegadamente* promove a evidencialidade reportativa e o uso de *suposto* e *supostamente* mantém a interpretação de evidencialidade de suposição.

5. Conclusões

Em PE, a evidencialidade e a modalidade são domínios cuja fronteira é difícil de definir, uma vez que nenhuma destas categorias tem formas fixas para serem marcadas. Uma das possibilidades de marcação é a utilização de adjetivos e advérbios com valores modais e evidenciais, como é o caso de *alegado* e *alegadamente*, por um lado, e de *suposto* e *supostamente*, por

outro.

Tendo em conta o principal objetivo da presente investigação, i.e., avaliar de que forma estes adjetivos e advérbios podem funcionar como marcadores modais e evidenciais, em PE, foram analisados exemplos retirados do CETEM público, um *corpus* constituído, essencialmente, por texto jornalístico.

Considerando, então, os exemplos do PE analisados na secção anterior, torna-se perceptível a importância da informação contextual para a definição das leituras obtidas. Em determinados contextos, é favorecida a leitura evidencial, ao passo que noutros a leitura modal epistémica se destaca. No primeiro caso, verificou-se que a presença de fragmentos na frase, como *negar*, bloqueia a veiculação de valores de incerteza, tipicamente associados à modalidade epistémica. Pelo contrário, o futuro (simples, composto e construção *ir* + infinitivo) induz a leitura modal epistémica, ao transmitir uma incerteza por parte do falante relativamente à ocorrência do evento futuro. No entanto, mesmo nesses casos, parece estar presente também a evidencialidade: reportativa, no caso de *alegadamente* e *alegado*, e de suposição, no caso de *supostamente* e *suposto*.

Ao longo da análise, surgiram outros tipos de evidencialidade. Sempre que há referência direta à fonte, está presente a evidencialidade de tipo citativo, que coexiste com a modalidade epistémica e os restantes tipos de evidencialidade, não anulando as suas leituras. Por outro lado, em contextos mais específicos, fica patente, na frase, a ideia de que o autor se baseou em factos ou evidências, o que promove leituras de evidencialidade inferencial.

Numa fase final da análise, os exemplos foram manipulados, de forma a verificar se a intersubstituição entre *alegado* e *suposto* poderia modificar as leituras obtidas. O que esta substituição revelou foi que o adjetivo *alegado* tem tendência para comportar-se mais como um evidencial reportativo do que modal epistémico, o que pode estar relacionado com o próprio tipo de verbo do qual advém. Ainda assim, este adjetivo continua a poder adquirir uma leitura modal epistémica, tendo para isso de existir na frase elementos que a induzam. Tal comportamento mostra que a classificação deste adjetivo como modal epistémico poderá carecer de revisão, ou, pelo menos, de um refinamento. O adjetivo *suposto* continua a evidenciar, em lugar de destaque, uma leitura de suposição, que é compatível com a noção

e o funcionamento da modalidade epistémica em segundo plano – já que a suposição não garante a certeza.

Da mesma forma, o comportamento dos advérbios parece manter esta distinção entre leituras, embora seja mais facilmente perceptível o contraste entre eles, ou seja, *alegadamente* continua a ser mais evidencial (reportativo) do que modal, tal como afirma Marques (2012, 2019), e *supostamente* mantém o comportamento de operador evidencial de suposição. Embora possa permitir uma leitura modal, em segundo plano, esta deverá estar relacionada com o facto de se tratar de discurso jornalístico e, por isso, a posição do falante deve ser neutra, existindo uma atitude de descompromisso com a verdade da proposição.

Deste modo, e apesar da modalidade e da evidencialidade terem sido objeto de estudo na literatura, ao longo do tempo, não há, em PE, muitos estudos que esclareçam até que ponto estes domínios são independentes ou podem coexistir. Assim, a presente investigação pode fornecer algumas pistas iniciais para uma investigação futura mais aprofundada, que pode começar pela possibilidade de alargar o *corpus* de estudo, incluindo-se outros adjetivos e advérbios e também outros géneros textuais.

REFERÊNCIAS

- Aikhenvald, A. (2004). *Evidentiality*. Oxford University Press Inc.
- Aikhenvald, A. (2015). Evidentials: Their links with other grammatical categories. *Linguistic Typology*, 19(02), 239-277.
- Aikhenvald, A. (2020). Evidentiality and Information Source. In C. Lee, & J. Park (Eds.), *Evidentials and Modals* (Cap. 1, pp. 19-40). Brill.
- Boas, Franz. (1938). Language. In: F. Boas (Ed.), *General anthropology* (pp. 124-145). Heath & Co.
- Campos, M. H. C. (2003). Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In A. S. S. Silva (Org.), *Linguagem e Cognição. A Perspectiva da Linguística Cognitiva* (pp. 325-340). APL, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Filosofia de Braga.
- Campos, M. H. C., & Costa, H. (2004). A modalidade apreciativa: uma questão teórica. In F. Oliveira, & I. Duarte (Orgs.), *Da língua e do discurso* (pp. 265-281). Campo das

Letras.

Cantante, I. (2018). *Sobre a Semântica de Adjetivos Adverbiais Modais* [Dissertação de mestrado]. Universidade do Porto.

Cantante, I. (2020). Reflexões sobre a escalaridade dos adjetivos adverbiais modais. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 15, 41-70.

Cantante, I. (2021). Reflexões sobre a intensificação de adjetivos modais epistémicos por *muito* e *bem* em Português Europeu. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, (8), 71-86.

Cunha, L. F. (2019). O Futuro Simples em Português Europeu: entre a temporalidade e a modalidade. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 14, 35-68.

Cunha, L. F. (2021). Propriedades Temporais do Futuro Simples em Português Europeu. *Estudos de Lingüística Galega*, 13, 29-66.

De Haan, F. (1997, setembro 11-14/outubro 3-5). Evidentiality and epistemic modality: setting boundaries [Comunicação oral]. *II Association for Linguistics Typology Conference*. Eugene, Oregon. / XXVI Linguistic Association of the Southwest Conference, Los Angeles, California.

De Haan, F. (1999). Evidentiality and epistemic modality: Setting boundaries. *Southwest journal of linguistics*, 18(1), 83-101.

De Haan, F. (2001). The relation between modality and evidentiality. *Linguistische Berichte*, 9, 201-216.

Demonte, V., & Fernández-Soriano, O. (2013). Evidentials *diz que* and *que* in Spanish. Grammaticalization, parameters and the (fine) structure of Comp. *Linguística: Revista de estudos linguísticos da Universidade do Porto*, 8, 211-234.

Dendale, M. P. (1994). Devoir épistémique, marqueur modal ou évidentiel? *Langue Française*, 102, 24-40.

Ferreira, I. A. (2011). *Para o estudo semântico dos adjetivos adverbiais temporais e aspetuais do Português Europeu* [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto.

Giannakidou, A., & Mari, A. (2013). The future of Greek and Italian: an epistemic analysis. *Proceedings of Sinn und Bedeutung*, 17, 255-270.

Giannakidou, A., & Mari, A. (2016). Epistemic future and epistemic MUST: nonveridicality, evidence and partial knowledge. In J. Blaszczak, A. Giannakidou, D. Klimek-Jankowska, & K. Migdalski (Eds.), *Mood, Aspect, Modality Revisited: New answers to old questions* (pp. 75-117). University of Chicago Press.

Kratzer, A. (1981). The notional category of modality. In H. J. Eikmeyer, & H. Rieser

- (Eds.), *Words, Worlds, and Context* (pp. 38-74). Mouton de Gruyter.
- Kratzer, A. (1991). Modality. In A. von Stechow, & D. Wunderlich (Orgs.), *Semantics* (pp. 639-650). de Gruyter.
- Kratzer, A. (2012). The Notional Category of Modality. In A. Kratzer (Ed.), *Modals and Conditionals* (pp. 27-69). Oxford University Press.
- Laca, B. (2014). Epistemic modality and temporal anchoring. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem-ReVEL*, 8, 76-105.
- Lazard, G. (2001). On the grammaticalization of evidentiality. *Journal of pragmatics*, 33(3), 359-367.
- Lyons, J. (1977). *Semantics*. Cambridge University Press.
- Mari, A. (2010). On the evidential nature of the Italian future. HAL-archives ouvertes. https://jeannicod.ccsd.cnrs.fr/ijn_00678549/document
- Mari, A. (2016). French future: Exploring the future ratification hypothesis. *Journal of French Language Studies*, 26(3), 353-378.
- Marques, R. (2012). Sobre alguns modalizadores de frase epistémicos e evidenciais. In *Actas do XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 398-415). Associação Portuguesa de Linguística.
- Marques, R. (2019). On the meaning of some epistemic adverbs in Portuguese. *Quinze études de cas sur les modalités linguistiques/ Fifteen Case Studies on Types of Linguistic Modalities*, 6, 159-180.
- Marques, R. (2020). Epistemic Future and epistemic modal verbs in Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 19(1), 1–30.
- Martins, A. (2010). Evidencialidade no discurso dos media. *Estudos Linguísticos/ Linguistic Studies*, 5, 235-245.
- Mendes, A. (2016). Modalidade e foco: uma análise baseada em dados de corpus. *Diadorim – Revista De Estudos Linguísticos e Literários*, 18, 127-141.
- Móia, T. (2016). Semântica e Pragmática. In A. M. Martins, & E. Carrilho (Eds.), *Manual de Linguística Portuguesa* (pp. 308-335). Mouton de Gruyter.
- Oliveira, F. (1986). O Futuro em Português: alguns aspectos temporais e/ou modais. In *Actas do 1º encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 353-374). Associação Portuguesa de Linguística.
- Oliveira, F. (2003a). Modalidade e modo. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H. Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário, & A. Villalva (Eds.), *Gramática da Língua Portuguesa* (Cap. 9, pp. 243-275). Caminho.
- Oliveira F. (2003b). Tempo e aspecto. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. H.

- Faria, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática da Língua Portuguesa* (Cap. 6, pp. 127-178). Caminho.
- Oliveira, F. (2013). Tempo Verbal. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do Português* (Vol. 1, Cap. 15, pp. 509-553). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oliveira, F., & Mendes, A. (2013). Modalidade. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do Português* (Vol. 1, Cap. 18, pp. 623-668). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oliveira, T. (2001). O futuro e o condicional como marcadores de mediativo. In C. N. Correia, & A. Gonçalves (Eds.), *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 2000)* (pp. 403-414). APL/Colibri.
- Oliveira, T. (2015). Between evidentiality and epistemic modality: The case of the future and the conditional in European Portuguese. *Belgian Journal of Linguistics*, 29(1), 101-122.
- Oliveira, T. (2021). O futuro e o condicional no texto jornalístico. In *Gramática e Texto* (pp. 165-178). NOVA FCSH – CLUNL.
- Palmer, F. R. (1974). *The English verb*. Longman.
- Palmer, F. R. (1979). *Modality and the English Modals*. Longman.
- Palmer, F. R. (1986). *Mood and Modality*. Cambridge University Press.
- Palmer, F. R. (2001). *Mood and modality. Cambridge textbooks in linguistics* (2ª ed.). Cambridge University Press.
- Rebouças, R. (2019). *Sobre o Verbo Ficar em Construções Progressivas* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto.
- Rebouças, R. (2020). Dever: marcador modal e/ou evidencial? *ElingUP: Revista Eletrónica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto*, 8(2), 62-87.
- Rebouças, R. (2021). Sobre a semântica do verbo 'ficar' em construções progressivas com adjetivos e participios. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, (8), 218-236.
- Squartini, M. (2001). The internal structure of evidentiality in Romance. *Studies in Language*, 25(2), 297-334.
- Saussure, L. (2012). Modalité épistémique, évidentialité et dépendance contextuelle. *Langue Française*, 173(1), 131-143.
- Van der Auwera, J., & Plungian, V. A. (1998). Modality's semantic map. *Linguistic Typology*, 2(1), 79-124.
- Veloso, R., & Raposo, E. (2013). Adjetivo e Sintagma Adjetival. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do*

- Português* (Vol. 2, Cap. 31, pp. 1359-1493). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vendrame-Ferrari, V. (2010). *Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa* [Tese de Doutoramento]. Universidade Estadual Paulista.
- Vendrame-Ferrari, V. (2012a). Verbos de Percepção em Construções Evidenciais de Acordo com o Modelo da Gramática Discursivo-Funcional. *Revista Linguística*, 8(1), 110-112.
- Vendrame-Ferrari, V. (2012b). Orações complexas com verbos de percepção como forma de expressão da evidencialidade. *Estudos Linguísticos*, 41(1), 101-115.
- Vetters, C. (2012). Modalité et évidentialité dans pouvoir et devoir: typologie et discussions. *Langue Française*, 173, 31-47.
- Von Wright, G. H. (1951). *An Essay in Modal Logic*. North-Holland Publishing Company.
- Von Fintel, K., & Gillies, A. S. (2007). An opinionated guide to epistemic modality. In T. Gendler, & J. Hawthorne (Eds.), *Oxford Studies in Epistemology* (Vol. 2, pp. 32-62). Oxford University Press.
- Whitt, R. J. (2009). Auditory evidentiality in English and German: the case of perception verbs. *Lingua*, 119(7), 1083-1095.
- Willett, T. (1988). A Cross-linguistic Survey of the Grammaticalization of Evidentiality. *Studies in Language*, 12(1), 51-97.